

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ002207/2011
DATA DE REGISTRO NO MTE: 27/10/2011
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR063276/2011
NÚMERO DO PROCESSO: 46215.040836/2011-93
DATA DO PROTOCOLO: 26/10/2011

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/internet/mediador>.

SIND DOS EMP EM CONC E DIST DE VEIC AUTOMOTORES NO RJ, CNPJ n. 39.515.275/0001-01, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DALMO MALHEIROS RAMOS;

E

SIND CONCESSIONARIOS DIST VEICULOS AUTOMOTORES DO RJ, CNPJ n. 40.339.202/0001-87, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SEBASTIAO PEDRAZZI;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de agosto de 2011 a 31 de julho de 2012 e a data-base da categoria em 1º de agosto.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **DOS EMPREGADOS EM CONCESSIONÁRIAS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com abrangência territorial em Araruama/RJ, Armação dos Búzios/RJ, Arraial do Cabo/RJ, Bom Jardim/RJ, Cabo Frio/RJ, Cantagalo/RJ, Casimiro de Abreu/RJ, Cordeiro/RJ, Itaocara/RJ, Nova Friburgo/RJ, Paraíba do Sul/RJ, Petrópolis/RJ, Rio das Ostras/RJ, São Pedro da Aldeia/RJ, São Sebastião do Alto/RJ, Squarema/RJ, Silva Jardim/RJ e Teresópolis/RJ.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO**PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Fica estabelecido que o trabalhador da categoria representada, não poderá receber a título de piso salarial valor inferior a R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais).

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

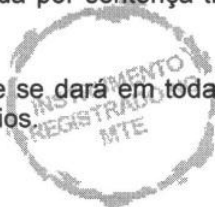
As empresas situadas nos municípios mencionados na presente convenção, reajustarão os salários de todos os seus empregados, em 1º de agosto de 2011, na forma abaixo:

Parágrafo Primeiro: Será aplicado sobre os salários de agosto de 2010, o percentual de reajuste de 7% (sete por cento), compensando-se todas as antecipações salariais espontâneas ou compulsórias, concedidas no período de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2011.

Outrossim, conforme Instrução Normativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 04/93, na hipótese de empregado admitido após a data-base, ou se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base, o reajustamento será calculado de forma proporcional em relação a data de admissão, e com preservação da hierarquia salarial, ou seja, 1/12 (hum doze avos) por mês de serviço.

Parágrafo Segundo: As vantagens salariais decorrentes do término de aprendizagem, promoção por antiguidade ou merecimento, reclassificação, transferência de cargo, designação para novo cargo ou acesso, equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado, não serão objeto de compensação ou dedução.

Parágrafo Terceiro: O presente reajuste se dará em toda a categoria não ocorrendo a distinção de aplicação do reajuste entre os funcionários.

**PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS****CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO MENSAL DE SALÁRIOS**

O pagamento dos salários dos funcionários será de acordo com o disposto no Artigo 459, Parágrafo 1º da CLT.

CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovante de pagamento que deverá conter a identificação da empresa, a discriminação de todas as verbas pagas e os descontos efetuados, inclusive, o valor referente aos depósitos do FGTS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DIFERENÇAS

As diferenças salariais advindas da presente Convenção serão pagas em conjunto com o salário do mês subsequente ao da assinatura do presente instrumento.

REMUNERAÇÃO DSR**CLÁUSULA OITAVA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO**

O repouso semanal remunerado será calculado apurando-se o percentual, tomando-se por base os domingos e feriados divididos pelo número de dias trabalhados.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA NONA - CÁLCULOS TRABALHISTAS

A média de comissões e de horas extras, para cálculo de férias, 13º salário, aviso prévio e verbas rescisórias dos empregados comissionistas, terá como base a média dos 6 (seis) últimos meses.

Parágrafo Único: O cálculo da média das horas extras terá como base os valores quantitativos, obedecendo-se os percentuais indicados na Cláusula Décima Quinta da presente Convenção.

CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO

Admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CHEQUES SEM FUNDO

É vedado às empresas, descontarem nos salários de seus empregados, as importâncias correspondentes a cheques sem fundos recebidos de clientes, desde que o empregado tenha cumprido as normas da empresa quanto ao recebimento dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE-TRANSPORTE

As empresas procederão aos descontos do vale-transporte de seus empregados da seguinte forma:

- a) Os empregados que percebem salário até R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais), o percentual de desconto será de 0,5% (meio por cento) sobre o referido salário;
- b) Os empregados que percebem salário acima de R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais), o desconto a ser efetuado no percentual de 6% (seis por cento), deverá incidir sobre o valor total apurado no somatório da parte fixa, acrescida da comissão, agregando-se, também, os valores percebidos à título de gratificação, devendo o valor do desconto não ultrapassar o limite máximo permitido por Lei.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA MÍNIMA

A todo empregado será garantido o pagamento do piso salarial da categoria, prevista na cláusula terceira.

Parágrafo Primeiro: Aos vendedores comissionistas puros (que percebam salário somente à base de comissões), na hipótese do somatório de sua comissão não alcançar o piso mínimo da categoria, à estes será garantido o pagamento do complemento para atingir o piso salarial.

Parágrafo Segundo: Aos vendedores comissionistas mistos (que percebam salário fixo mais

comissão) será garantido o pagamento do piso salarial, caso a soma do salário fixo mais a comissão não atinja o referido piso salarial.

Parágrafo Terceiro: Quanto aos demais empregados, que não estejam na função de vendedores, à estes será dado o mesmo tratamento do parágrafo anterior, ficando garantido o salário fixo vigente que percebam à época da assinatura da presente convenção coletiva.

Parágrafo Quarto: O referido piso, também, será utilizado na aplicação do salário hora do aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SALÁRIO DE INGRESSO

O piso da categoria será garantido ao empregado desde o momento da admissão, inclusive durante o contrato de experiência.



GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias laboradas nos dias úteis, serão remuneradas com adicional de 60% (sessenta por cento) sobre a hora normal.

Parágrafo Primeiro: As horas extras laboradas aos domingos e feriados serão remuneradas de acordo com a Legislação vigente.

Parágrafo Segundo: O "caput" desta cláusula e seu parágrafo primeiro, não se aplicam ao setor de vendas em geral, desde que a concessionária tenha aderido ao Termo de Adesão indicado na Cláusula Trigésima Primeira do presente instrumento.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INSALUBRIDADE

Na hipótese de ser necessária, a empresa dentro dos parâmetros legais, tomará as providências que a Legislação vigente determinar no que concerne a detectar as áreas insalubres no seu estabelecimento comercial.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - QUEBRA DE CAIXA

Aos empregados que exercem a função de caixa, será pago à título de quebra de caixa no valor de R\$ 65,27 (sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos) mensais.

Parágrafo Único: Os empregados que percebam valores acima do mencionado nesta cláusula não sofrerão qualquer diminuição do respectivo valor, o qual deverá ser mantido por este último o mais

favorável.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REFEIÇÃO

As empresas concederão refeição aos seus empregados, dentro dos critérios estabelecidos por cada empresa. As empresas poderão optar pela concessão de tickets-alimentação, cesta básica, ticket-refeição, sendo que no caso deste último deverá ter como valor facial de no mínimo 8,80 (oito reais e oitenta centavos), em número idêntico aos dias a serem trabalhados no mês. Para as empresas que não possuam refeitório, os empregados que realizarem suas refeições em suas respectivas residências, a estes serão fornecidos em substituição ao ticket-refeição o correspondente vale transporte para sua locomoção à residência e retorno ao trabalho, independentemente do vale transporte de deslocamento para o trabalho ou vice-versa.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado, de empresa que não possua seguro de vida coletivo, diante da apresentação do atestado de óbito, será pago pela empresa o total equivalente a 2 (dois) salários-mínimos, estabelecidos pelo Governo Federal, ao conjunto de beneficiários legais, ou será concedido à família do "de-cujus" um auxílio funeral a critério da empresa, não devendo ser tal auxílio inferior a dois salários-mínimo.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO AUXÍLIO CRECHE

As empresas que tenham em seus quadros 30 (trinta) ou mais mulheres com mais de (dezesseis) anos de idade, propiciarão local ou manterão convênio com creches para guarda e assistência de seus filhos em período de amamentação, conforme Artigo 389, Parágrafos 1º e 2º da CLT.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

As empresas se comprometem a fornecer aos empregados admitidos na vigência da presente Convenção, a cópia do contrato de trabalho.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

As empresas comunicarão por escrito ao empregado os motivos de sua dispensa, no caso de justa causa como nos casos de suspensões disciplinares e advertências que lhes forem aplicadas.

OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADO DE AFASTAMENTO E SALÁRIOS**

Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, as empresas se comprometem desde que o empregado solicite, a fornecer o atestado de afastamento e salários (AAS) para fins previdenciários e a declaração de rendimento para fins de imposto de renda.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES**ESTABILIDADE APOSENTADORIA****CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PRÉ-APOSENTADORIA-GARANTIA**

As empresas assegurarão aos empregados demitidos sem justa causa, que estiverem comprovadamente há (doze) meses da aquisição do direito a aposentadoria integral e que tenham 10 (dez) anos de serviço ininterrupto na mesma empresa, a manutenção do pagamento da contribuição relativa do empregado, durante o período que faltar para a aposentadoria, excetuando-se os casos de demissão por justa causa ou extinção do estabelecimento.

Parágrafo Único: Os empregados que não comunicarem a aquisição do direito a que se refere esta cláusula às respectivas empresas no tempo hábil, não farão jus a garantia do emprego, nem ao reconhecimento ao salário nominal, durante o período que faltar para a aposentadoria.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - NÍVEL DE EMPREGO**

As empresas comprometem-se a manter sua política de pessoal, praticando demissões imotivadas somente quando esgotadas as possibilidades de aproveitamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DEFICIENTES FÍSICOS

As empresas darão o tratamento adequado aos deficientes físicos, de acordo com a legislação vigente.



JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO ACORDO SOBRE A COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO E FERIADOS PROLONGADOS

Os convenientes desde já, estabelecem que as empresas pertencentes a esta categoria, poderão firmar com seus empregados, sempre que necessário ou desejarem, e, nos limites da Legislação vigente, acordos de compensação de trabalho no que diz respeito aos dias úteis que se situem entre dias de feriados no curso da semana, bem como, para compensar o dia de sábado na semana que o precede. Outrossim, nos dias em que venham ocorrer eventos especiais de ordem nacional ou regional, as empresas poderão firmar com seus empregados, horário de expediente diverso do normal, compensando-se em outros dias as horas porventura laboradas e/ou excedentes naqueles dias.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ABONO DE FALTAS PARA O EMPREGADO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas de funcionário estudante nos dias de prova, desde que avise a empresa com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIA DOS EMPREGADOS EM CONCESSIONÁRIAS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS

Fica convencionado que a terceira 2ª feira do mês de outubro as empresas concessionárias e distribuidores de veículos não funcionarão para que seja comemorado o Dia do Concessionarista nas empresas concessionárias e distribuidores de veículos automotores, não havendo expediente nesta data.

Parágrafo Primeiro: Fica facultado as empresas de adotarem como Dia do Concessionarista a mesma data do comerciante, caso esta seja diferente da data indicada no "caput".

Parágrafo Segundo: As empresas de veículos pesados poderão na data indicada no "caput" da Cláusula, ter em funcionamento, no sistema de plantão, um mecânico e um eletricista, sendo garantido aos empregados do plantão, um dia de descanso na semana seguinte ao fato, folga esta que deverá ser gozada entre a 2ª e 6ª - feira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO BANCO DE HORAS

As empresas que aderirem ao plano de banco de horas, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, deverão aferir se o empregado compensou corretamente todas as horas laboradas no âmbito do aludido banco de horas, ou se percebeu as horas não compensadas. Na hipótese de não ter ocorrido nenhuma das situações acima mencionadas a empresa deverá quitar no ato da rescisão as correspondentes horas utilizando-se os percentuais estabelecidos neste instrumento na cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ACORDO PARA TRABALHO AOS DOMINGOS E

FERIADOS

Fica autorizado a abertura das concessionárias no Estado do Rio de Janeiro nos setores de veículos novos e usados aos domingos e feriados nos termos do abaixo estabelecido:

Parágrafo Primeiro: Só poderão funcionar as concessionárias que aderirem ao Termo de Adesão.

Parágrafo Segundo: As concessionárias poderão funcionar aos domingos e feriados, no expediente de 9:00 (nove) às 18:00 (dezoito) horas, aplicando-se esta regra tão somente aos empregados integrantes do departamento de vendas de veículos novos e usados das concessionárias.

Parágrafo Terceiro: Ao empregado será concedido um intervalo de 01 (uma) hora para refeição e descanso.

Parágrafo Quarto: O presente termo não poderá ser aplicado ao feriado de 1º de maio e do Dia do Concessionarista, sob qualquer condição.

Parágrafo Quinto: À todo empregado que laborar aos domingos, lhe será garantido uma folga em um dos domingos do mês, a critério de cada empresa.

Parágrafo Sexto: Os trabalhos realizados aos domingos, feriados, feiras, exposições e outros eventos serão compensados na semana seguinte, de acordo com a escala de revezamento previamente estabelecida,

Parágrafo Sétimo: Os empregados admitidos posteriormente a assinatura da presente Convenção, aderem automaticamente no que se aplicar as condições ora estabelecidas.

Parágrafo Oitavo: Em havendo a realização de feiras, exposições e outros eventos, em que a empresa que tenha aderido a presente Convenção venha participar, os seus empregados integrantes do setor de vendas, desde já, ficam comprometidos a comparecer a tais eventos, devendo, neste caso, serem avisados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, de forma expressa.

Parágrafo Nono: Fica estabelecido que deverá constar da escala de revezamento o nome dos funcionários que irão laborar em domingos e feriados, com as respectivas folgas, bem como nos eventos mencionados no Parágrafo Oitavo.

Parágrafo Décimo: As empresas participantes da presente Convenção formalizarão a sua adesão mediante a apresentação de termo próprio, o qual somente terá validade com a devida autenticação dos sindicatos convenentes, observando-se o seguinte:

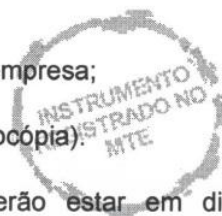
I - O Sindicato da categoria receberá o Termo de Adesão e o remeterá ao Sindicato patronal instruído com os documentos abaixo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do seu recebimento:

- a) 3 (três) vias do Termo de Adesão;
- b) 2 (duas) vias do Contrato Social da empresa;
- c) 2 (duas) vias do cartão do CNPJ (fotocópia).

Parágrafo Único: As empresas deverão estar em dia com as suas contribuições sindicais estabelecidas na Convenção Coletiva, devendo apresentar tais comprovantes quando da assinatura do presente termo.

I - No impresso deverão constar as assinaturas do empregador e dos empregados que irão trabalhar, estes com o número da CTPS e sua função, além do carimbo do CNPJ do estabelecimento.

II - O Termo de Adesão deverá ser entregue à Concessionária devidamente formalizado no prazo



máximo de 10 (dez) dia úteis, a contar da entrega da documentação estabelecida no Parágrafo Décimo.

III - A concessionária manterá em sua matriz e filiais uma cópia do Termo de Adesão a que se refere, acompanhada da escala de revezamento.

IV - Aos empregados que trabalharem nas condições contidas na presente Convenção, lhes serão fornecidas no ato da adesão, cópia deste instrumento mediante comprovante de entrega.

Parágrafo Décimo Primeiro: As empresas fornecerão alimentação a seus empregados que laborarem nos domingos e feriados, mediante uma ajuda no valor de R\$ 9,10 (nove reais e dez centavos), ficando ressalvado que, caso a empresa utilize os critérios estabelecidos na Lei 6.327/76 e legislação posterior que regula o PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, não precisarão pagar a ajuda de alimentação.

Parágrafo Décimo Segundo: No ato da assinatura do Termo de Adesão à condição ora contratada, as empresas recolherão por estabelecimento, ao Sindicato dos empregados para reposição de despesas, a importância abaixo estabelecida:

a) R\$ 452,00 (quatrocentos e cinquenta e dois reais)

Parágrafo Décimo Terceiro: As empresas que com ou sem o Termo de Adesão, abrirem nos dias 1º de maio e/ou no Dia do Concessionarista, pagarão 10 (dez) salários-mínimo federais, além da importância a ser paga, consoante as alíneas "a" e "b" do Parágrafo Décimo Segundo da presente Cláusula, por estabelecimento.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE UNIFORMES

A critério de cada empresa será fornecido uniforme, mediante assinatura de termo de responsabilidade.

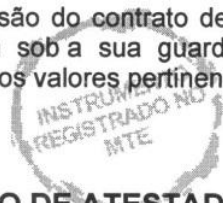
Parágrafo Único: Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho com o empregado, este deverá devolver os uniformes que estiverem sob a sua guarda e responsabilidade, sob pena de ser descontado de suas verbas rescisórias os valores pertinentes aos aludidos uniformes.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os atestados médicos e odontológicos, passados pelos facultativos do sindicato laboral, serão aceitos pelas empresas para justificativas e abono de faltas ou atrasos ao serviço.

RELAÇÕES SINDICAIS



CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - MENSALIDADE ASSOCIATIVAS

Observado o disposto no Artigo 545 da CLT, as empresas descontarão em folha de pagamento as mensalidades associativas devidas por seus empregados aos sindicato laboral.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As empresas como meras intermediárias, descontarão dos salários dos seus empregados, em folha de pagamento, a contribuição assistencial, pelo que o sindicato dos empregados lhes proporcionará direta e indiretamente assistência jurídica em Varas de Família, assim como acesso gratuito aos eventos sociais e esportivos da entidade, ou através de convênios, bem como benefícios dos Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho. A contribuição assistencial será descontada mensalmente na importância de R\$ 4,33 (quatro reais trinta de três centavos), para quem ganha até R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais), de R\$ 8,02 (oito reais e dois centavos), para quem ganha entre R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais) e R\$ 1.278,65 (hum mil, duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), e de R\$ 11,87 (onze reais e oitenta e sete centavos), para quem ganha acima de R\$ 1.278,65 (hum mil, duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) e recolhida até o dia dez do mês subsequente ao desconto, em guia fornecida gratuitamente pelo sindicato profissional. Caso não ocorra o recolhimento até a data fixada, incidirá sobre o valor devido, multa de 2% (dois por cento). O referido desconto ocorrerá a partir do mês de agosto de 2011.

Parágrafo Primeiro: Ficam isentos do desconto estabelecido nesta Cláusula, os trabalhadores associados que comprovarem junto à instituição sua condição e regularidade como associado do sindicato profissional.

Parágrafo Segundo: Por sua vez, o sindicato dos empregados, considerando que os valores descontados são devidos pelos integrantes de sua categoria profissional, assume inteira responsabilidade por qualquer iniciativa processual que advenha do mencionado desconto por parte da categoria ou do Ministério Público do Trabalho, respondendo perante o empregado e o órgão público pelo reembolso dos aludidos valores descontados.

Parágrafo Terceiro: As empresas encaminharão ao sindicato dos empregados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o desconto, cópia dos comprovantes de depósito e relação de empregados com o valor do respectivo desconto.

Parágrafo Quarto: Fica garantido aos trabalhadores o direito de oposição ao referido desconto, que deverá ser apresentado individualmente a ENTIDADE SINDICAL PROFISSIONAL, por carta redigida de próprio punho, identificando a empresa a qual pertence, por AR (aviso de recebimento), ou no protocolo da Entidade Sindical Laboral, com sede à Avenida Passos, 122, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.051-040 ou sua filial no município de Nova Friburgo, sito à Rua: Luiza Engert, 1, sobreloja 2, Centro no horário de funcionamento de 13:00 às 17:00 horas, no prazo de até 10 (dez) dias que anteceder ao primeiro pagamento, que ocorrerá no mês subsequente à assinatura deste instrumento (precedente normativo 74 do TST).

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DAS MULTAS

O não cumprimento de quaisquer das cláusulas da presente Convenção pelas empresas, implicará em multa no valor de 1 (um) salário-mínimo, este sendo o estabelecido pelo Governo Federal, por infração que reverterá em favor do Sindicato dos empregados.

Parágrafo Único: Em caso da questão estar sendo discutida em Juízo a multa, não será devida.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA LEGITIMIDADE DAS PARTES

As empresas e os empregados abrangidos pelo presente instrumento, cujos sindicatos o assinam, reconhecem reciprocamente um ao outro, como únicos e legítimos representantes das categorias convenientes da base territorial do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO

As partes convenientes, desde já, estabelecem que todas as Cláusulas deste instrumento terão validade até a assinatura de nova Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo, limitada tal prorrogação ao prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 1º de agosto de 2011, consoante estabelecido no parágrafo 3º do artigo 614 da Consolidação das Leis do Trabalho.

DALMO MALHEIROS RAMOS
PRESIDENTE
SIND DOS EMP EM CONC E DIST DE VEIC AUTOMOTORES NO RJ

SEBASTIAO PEDRAZZI
PRESIDENTE
SIND CONCESSIONARIOS DIST VEICULOS AUTOMOTORES DO RJ

